

**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES DO (A)  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL EM ALAGOAS.**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2024**

Processo Administrativo nº 08230.002928/2024-11

**DOMINI SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o Nº 23.740.606/0001-69, já devidamente qualificada, vem, por seu representante legal, denominada como RECORRENTE, que assina abaixo, vem respeitosamente à presença deste Ilmo. Pregoeiro, apresentar TEMPESTIVAMENTE, RECURSO ADMINISTRATIVO ante à INABILITAÇÃO da presente empresa conforme as razões que passa aduzir:

**I. DO OBJETO DAS CONTRARRAZÕES:**

**I– DA SÍNTESE FÁTICA**

1. Trata-se de Processo Licitatório nº 08230.002928/2024-11 – Pregão Eletrônico – nº 90005/2024, promovido pela Superintendência Regional da Polícia Federal em Alagoas, sediada Av. Walter Ananias, 705, Jaraguá, Maceió/AL, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Em suas razões, A COMISSÃO DE LICITAÇÃO da Superintendência Regional da Polícia Federal em Alagoas INABILITOU a empresa DOMINI SERVIÇOS DE LIMPEZA por não atender o requisito de habilitação no que diz respeito a declaração de cumprimento de **RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL** . A comissão também mencionou os índices: 8.23.2, e 8.23.3., que não foram encaminhadas na forma do 8.26 do TR.

**II. DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA:**

2. Cabe ressaltar que O Edital do Pregão Eletrônico nº N°90005/2024 não estabeleceu que deveria se apresentar documentação de habilitação certidão emitida pelo MTE onde

constasse que a licitante emprega PCDs, em número igual ou superior ao previsto no art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991 sendo razoável supor que se esta exigência constasse do Edital seria objeto de impugnação por empresas que não conseguissem obter tal certidão

3. Assim, considerando que as decisões desta Pregoeira devem ser pautadas pela legalidade e vinculação ao instrumento convocatório, e que o Edital exigia apenas que fosse apresentada declaração por parte do licitante de que cumpre a reserva de cargos PCDs, entendo que não há qualquer ofensa ao Edital ou à Lei nº 14.133/2021 a aceitação de proposta e habilitação de licitante que firmou a declaração tal como exigida no Edital.

4. O Edital desta licitação foi elaborado a partir do modelo disponibilizado pelo Ministério da Gestão e Inovação – MGI, em parceria com a Advocacia Geral da União – AGU, sendo que as disposições dos modelos são debatidas por profissionais especialistas da área, que zelam pelo cuidado de não estabelecer exigências não estão previstas na lei. Além disto, o modelo sofre constantes alterações para melhoria contínua.

5. A Nova Lei de Licitações e o Edital exigem apenas a apresentação de declaração da licitante quanto ao cumprimento da reserva de vagas PCDs para atender os requisitos de habilitação. A exigência tal como posta, no meu entendimento respeita a competência do Pregoeiro na condução da licitação, com atribuições que restringem ao procedimento licitatório e não aquelas próprias dos agentes de fiscalização do MTE.

## **II.I. DA RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

1. A comissão alega que a empresa habilitada não respeitou a quota legal obrigatória para preenchimento de vagas com profissionais “PCD”, nos termos do “Item 3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.” do EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2024

2. Ocorre que a obrigatoriedade de “declaração de que cumpre as exigências de reserva de

DOMINI SERVICOS DE LIMPEZA LTDA  
Rua Vicente Linhares nº 500, sala 2202, Aldeota, CEP: 60.135-270, Fortaleza - CE CNPJ:  
23.740.606/0001-69  
Fone: (85) 4141 1675

cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas” constitui **requisito de habilitação**. E, pela natureza da declaração em exame, é natural entender tratar-se de requisito para comprovação da **habilitação social** do licitante.

3. Assim, entende-se que tal procedimento é apenas declaratório, neste momento, e que a licitante deverá estar ciente do que obriga a legislação, sendo que na execução do contrato, que é momento oportuno, deverá comprovar tal exigência.

4. Ressalta-se, uma vez que não consta no Edital a exigência desta Certidão, conclui-se que tal exigência é meramente declaratória e a verificação do cumprimento efetivo é feita durante a execução do contrato como condição de vigência deste, conforme art. 116 da Lei 14.133/2021, e neste momento todos os procedimentos necessários e previstos no termo de referência serão observados pela área competente do Órgão, zelando pela observância a todas as exigências legais previstas.

“Art. 116. Ao longo de toda a execução do contrato, o contratado deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

Parágrafo único. Sempre que solicitado pela Administração, o contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o caput deste artigo, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas.”

5. Exigir tal condição nesta fase, contraria o próprio instrumento convocatório, que não exige isso, e **incorreria, inclusive, em custos desnecessários à licitante antes da concretude de sua contratação**.

6. Vale destacar que nos termos do art. 92, entre as condições necessárias dos contratos, está prevista, no inciso XVII, “a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz”. Ainda o art. 116 reforça essa obrigação, ao prever expressamente que: “Ao longo de toda a execução do contrato, o contratado deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas

específicas”. E, por fim, conforme o art. 137, IX, o não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei é motivo para a extinção do contrato.

7. Sabe-se que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório é corolário do princípio da legalidade e da objetividade das determinações habilitatórias. Impõe à Administração e ao licitante a observância das normas estabelecidas no Edital de forma objetiva, mas sempre velando pelo princípio da competitividade.

8. Quando se falar em vinculação ao instrumento convocatório, há uma regra de obrigatoriedade para que a autoridade não omita regras e condições impostas para a participação e execução do contrato. Assim, o Edital desce às minúcias, não podendo ser abstrato a ponto de haver interpretações dúbias.

9. Assim, imperioso reiterar que, no caso em comento, nesta fase de habilitação, a “declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas” **constitui mero requisito de habilitação social**, de modo que, sendo a empresa habilitada para as próximas fases do certame, poderá demonstrar o cumprimento deste requisito.

10. Diante do exposto, corroborando com a Lei nº 14.133/2021, com a jurisprudência e doutrina dominante, entende-se que a diligência adotada pelo pregoeiro foi realizada dentro das regras do certame, de modo que, tendo a empresa apresentado a documentação com as devidas correções, que refletem a sua realidade financeira, deve-se negar provimento ao recurso manter a habilitação da empresa recorrida.

## **II.II DO BALANÇO PATRIMONIAL:**

11. Primeiramente, cumpre esclarecer que a Administração, por intermédio desta Pregoeira, procura sempre o fim público, respeitando todos os princípios basilares da licitação e dos atos administrativos, mormente os da isonomia, impessoalidade, moralidade, transparência e vinculação ao instrumento convocatório.

12. Na condução de um certame, é imprescindível que as regras inicialmente impostas, por

meio do Edital, sejam inteiramente respeitadas. Neste sentido, o Mestre e Doutor em Direito MARÇAL JUSTEM FILHO, em sua obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos – 13ª edição, página 5161, ensina

*“O Edital é elemento fundamental do procedimento licitatório. Ele é que fixa as condições de realização da licitação, determina o seu objeto, discrimina as garantias e os deveres de ambas as partes, regulando todo o certame público. (RMS Nº 10.847/MA, 2ª T, rel. Min. Laurita Vaz, j. em 27.11.2001, DJ. De 18.02.2002 – Jurisprudência do STJ) 15.”*

13. Sabe-se que licitação não é um fim em si mesmo, constituindo-se rito procedimental para o cumprimento da miríade de princípios administrativos afetos ao regime jurídico das contratações públicas, com o intuito de se promover a garantia constitucional da licitação, nos termos do artigo 37, XXI, da Constituição.

14. A Lei nº 14.133/2021, representando um novo regime de licitações e contratos, não só reverbera um novo paradigma de funcionalidade da licitação, mas também reforça a lição categórica do professor Adilson Dallari de que “a licitação não é um concurso de destreza, destinado a selecionar o melhor cumpridor de edita.

15. Eis que o novo regime de licitações e contratos e a respectiva plêiade dinâmica dos princípios licitatórios está em compasso com a pedra angular do ensinamento do mencionado administrativista. Destaca-se o contido no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021:

*Art. 5º. Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).*

16. Deve haver, portanto, razoabilidade em eventual correção de julgamento tanto na fase de classificação de propostas quanto na fase de habilitação para se assegurar os objetivos da licitação. Assim, os mecanismos de controle têm o condão de evitar o excesso de poder e a inadequação da decisão por descompasso com a concreção dos objetivos da licitação.

17. Nesse contexto, reforça-se também a reflexão acerca da faculdade de se utilizar a diligência, por ser instrumento efetivo de compliance das aquisições e contratações públicas, inclusive, em razão do que preceitua o artigo 64 da Lei nº 14.133/2021:

Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para: I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;  
II - Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

§ 1º Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

§ 2º Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento

18. Diante do exposto, corroborando com a Lei nº 14.133/2021, com a jurisprudência e doutrina dominante, entende-se que uma diligência adotada pelo pregoeiro sendo realizada dentro das regras do certame, de modo a, oportunizar a empresa apresentar a documentação com as devidas correções, que refletem a sua realidade financeira, poderia sanar e corrigir a falha do não envio, da mesma forma que foi feito com os outros licitantes.

### **III. DOS PEDIDOS:**

19. Nos termos dos fatos e argumentos ora pontuados neste RECURSO ADMINISTRATIVO, REQUEREMOS desde já, como medida da mais lúdima justiça, que se digne esta Autoridade em:

a) Que seja recebida as presentes RECURSO ADMINISTRATIVO, ante a sua tempestividade;

DOMINI SERVICOS DE LIMPEZA LTDA  
Rua Vicente Linhares nº 500, sala 2202, Aldeota, CEP: 60.135-270, Fortaleza - CE CNPJ:  
23.740.606/0001-69  
Fone: (85) 4141 1675

- b) Em seu julgamento de mérito sejam INTEGRALMENTE INDEFERIDOS todos os pedidos, pelas razões e fundamentos expostos;
- c) Seja mantida a decisão deste ilmo. Pregoeiro, declarando de fato, e permanentemente a HABILITAÇÃO desta empresa que figura como RECORRENTE;
- d) Caso este Ilmo. Pregoeiro opte por não manter sua decisão, REQUEREMOS que, no Princípio do Duplo Grau de Jurisdição, seja o mesmo remetido para apreciação por autoridade superior competente.

Termos em que pede e espera deferimento.

Fortaleza, 09 de agosto de 2024.

DOMINI SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA

r/p

FERNANDA BASTOS BERNARDO

**PREGÕES PARA CONSULTA COM DECISÕES FAVORÁVEIS:**

Pregão Eletrônico N° 11/2023

200364 - DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL

Pregão Eletrônico N° 90003/2024

373057 - INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA